

EDUCAÇÃO: AGREGANDO, INCLUINDO E ALMEJANDO OPORTUNIDADES



Américo Junior Nunes da Silva
(Organizador)

EDUCAÇÃO: AGREGANDO, INCLUINDO E ALMEJANDO OPORTUNIDADES



Américo Junior Nunes da Silva
(Organizador)

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília

Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Livia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Educação: agregando, incluindo e almejando oportunidades

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário: Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Camila Alves de Cremona
Correção: Vanessa Mottin de Oliveira Batista
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Américo Junior Nunes da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

E24 Educação [recurso eletrônico] : agregando, incluindo e almejando oportunidades 1 / Organizador Américo Junior Nunes da Silva. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-65-5706-418-4

DOI 10.22533/at.ed.184202509

1. Educação – Pesquisa – Brasil. I. Silva, Américo Junior Nunes da.

CDD 370

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Importante contar ao leitor, antes de apresentar com mais detalhe as características desta obra, o contexto em que ela se insere, marcando bem o lugar histórico que a circunscreve.

Fomos surpreendidos, em 2020, por uma pandemia: a do novo coronavírus. O distanciamento social, reconhecida como a mais eficaz medida para barrar o avanço do contágio, fizeram as escolas e universidades suspenderem as suas atividades presenciais e pensarem em outras estratégias que aproximassem estudantes e professores. E é nesse lugar de distanciamento social, permeado por angustias e incertezas típicas do contexto pandêmico, que os professores pesquisadores e os demais autores reúnem os seus escritos para a organização deste volume.

Como evidenciou Daniel Cara em uma fala a mesa “*Educação: desafios do nosso tempo*” no Congresso Virtual UFBA, em maio de 2020, o contexto pandêmico tem sido uma “tempestade perfeita” para alimentar uma crise que já existia. A baixa aprendizagem dos estudantes, a desvalorização docente, as péssimas condições das escolas brasileiras, os inúmeros ataques a Educação, Ciências e Tecnologias, são alguns dos pontos que caracterizam essa crise. A pandemia, ainda segundo ele, só escancara o quanto a Educação no Brasil é uma reprodutora de desigualdades. Portanto, as discussões empreendidas neste volume de “***Educação: Agregando, Incluindo e Almejando Oportunidades***”, por terem a Educação como foco, como o próprio título sugere, torna-se um espaço oportuno de discussão e (re)pensar do campo educacional, assim como também da prática docente.

Este livro, ***Educação: Agregando, Incluindo e Almejando Oportunidades***, reúne um conjunto de textos, originados de autores de diferentes estados brasileiros e países, e que tem na Educação sua temática central, perpassando por questões de gestão escolar, inclusão, gênero, tecnologias, sexualidade, ensino e aprendizagem, formação de professores, profissionalismo e profissionalidade, ludicidade, educação para a cidadania, entre outros. Os autores que constroem essa obra são estudantes, professores pesquisadores, especialistas, mestres ou doutores e que, muitos, partindo de sua práxis, buscam novos olhares a problemáticas cotidianas que os mobilizam. Esse movimento de socializar uma pesquisa ou experiência cria um movimento pendular que, pela mobilização dos autores e discussões por eles empreendidas, mobilizam-se também os leitores e os incentiva a reinventarem os seus fazeres pedagógicos. Nessa direção, portanto, desejamos a todos e a todas uma produtiva e lúdica leitura!

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E OS MÉTODOS DE ALFABETIZAÇÃO NO SÉCULO XXI	
Elisangela Alves dos Reis	
Patrícia de Oliveira Santana	
Patrícia Sanches Hipolito	
DOI 10.22533/at.ed.1842025091	
CAPÍTULO 2	13
METODOLOGIAS DE ENSINO APRENDIZAGEM, EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E A FORMAÇÃO PARA O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE: REFLEXÕES TEÓRICO-PRÁTICAS	
Elis Regina Vasconcelos Farias	
Francisco Jadson Franco Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.1842025092	
CAPÍTULO 3	22
AVALIANDO AS BANCAS AVALIADORAS. CONTRIBUIÇÕES PARA O APRIMORAMENTO DA GESTÃO ESCOLAR DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO	
Anderson Paulino de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.1842025093	
CAPÍTULO 4	34
PROJETO EAD NA COMUNIDADE RURAL QUILOMBOLA SÃO DOMINGOS NO MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS/ES	
Rosanni Machado da Costa	
Sônia Maria da Costa Barreto	
DOI 10.22533/at.ed.1842025094	
CAPÍTULO 5	53
HISTÓRIAS EM QUADRINHOS NA SALA DE AULA: PERSPECTIVAS PARA LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTO	
Tatiana da Conceição Gonçalves	
Mônica do Socorro de Jesus Chucre	
DOI 10.22533/at.ed.1842025095	
CAPÍTULO 6	63
A INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL: MAPEAMENTO DE DISSERTAÇÕES E TESES NO BRASIL (2005-2020)	
Aldirene Pinheiro Santos	
Uilde de Santana Menezes	
Degenaura Gomes de Andrade Stefaniu	
Antônio Perez Stefaniu	
DOI 10.22533/at.ed.1842025096	

CAPÍTULO 7	76
DO RIO SÃO FRANCISCO AO SERTÃO NA CARAVANA ALAGOANA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA	
Mércia Lamenha Medeiros	
Lenilda Austrilino	
Auxiliadora Dammiane Pereira Vieira Costa	
Francisco José Passos Soares	
DOI 10.22533/at.ed.1842025097	
CAPÍTULO 8	85
VIVÊNCIAS DOCENTES E A TRANSIÇÃO ESCOLAR DOS ALUNOS DO 5º PARA O 6º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
Andréa Cristina Batista dos Santos	
Anilton Salles Garcia	
DOI 10.22533/at.ed.1842025098	
CAPÍTULO 9	108
EDUCAÇÃO E RECURSOS TECNOLÓGICOS: CONCEPÇÕES DO MEDIADOR E SUA RELEVÂNCIA PARA O ENSINO INCLUSIVO	
Igor Araújo	
Bruno Araújo de Souza	
Nayara Cardoso Barros	
Carla Heloísa Luz de Oliveira	
Tiffani Carla da Silva Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.1842025099	
CAPÍTULO 10	123
INCLUSÃO QUALIFICADA: O LUGAR DA ESCUTA NO PROCESSO SELETIVO DISCENTE DAS CASAS FAMILIARES RURAIS DO BAIXO SUL DA BAHIA-BRASIL	
Joana Maria de Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.18420250910	
CAPÍTULO 11	139
TEORIAS APLICÁVEIS NO CONTEXTO EDUCACIONAL, SOB A PERSPECTIVA DO COGNITIVISMO: APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA, CAMPOS CONCEITUAIS E TEORIA DOS MODELOS MENTAIS	
Virgínia Maia de Araújo Oliveira	
Rosejane Cristina Almeida Costa	
Giselle Christine Lins Lopes	
DOI 10.22533/at.ed.18420250911	
CAPÍTULO 12	153
A LDB E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES: UM ESTUDO SOBRE A LEI Nº 4.2461 E A LDB Nº 9394/96	
Jennifer Juliana Barreto Bezerra Costa	
Bárbara Ellen Rebouças Cunha	
DOI 10.22533/at.ed.18420250912	

CAPÍTULO 13.....	167
A EPISTEMOLOGIA DA PRÁTICA PEDAGÓGICA E SUA RELAÇÃO COM A FORMAÇÃO DO DOCENTE	
Marlise Márcia Trebien	
Jaci Lima da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.18420250913	
CAPÍTULO 14.....	177
“TDAH DEPOIS DE GRANDE?” IMPLICAÇÕES DA DESCOBERTA TARDIA DO TDAH EM UMA ESTUDANTE UNIVERSITÁRIA	
Kevin Ferreira Corcino	
Thales Fabricio da Costa e Silva	
DOI 10.22533/at.ed.18420250914	
CAPÍTULO 15.....	193
A EDUCAÇÃO NA SOCIEDADE GLOBALIZADA – IMPACTOS NA GESTÃO E NA MATRIZ CURRICULAR	
Adelcio Machado dos Santos	
Manoel Leandro Fávero	
Daniel Tenconi	
DOI 10.22533/at.ed.18420250915	
CAPÍTULO 16.....	199
ENSINO FUNDAMENTAL: ROTATIVIDADE DOCENTE E O PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM NUMA ESCOLA MUNICIPAL EM SÃO MATEUS/ES	
Rita de Cássia Correia Maciel dos Santos	
Sônia Maria da Costa Barreto	
DOI 10.22533/at.ed.18420250916	
CAPÍTULO 17.....	215
INTERVENÇÕES PARA A APRENDIZAGEM DE MATEMÁTICA DE UM ALUNO AUTISTA	
Cláudia Inês Pelegrini de Oliveira Abreu	
DOI 10.22533/at.ed.18420250917	
CAPÍTULO 18.....	231
CURRÍCULO TRADICIONAL, EDUCAÇÃO LINGUÍSTICA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES	
Cecília Aguirre	
DOI 10.22533/at.ed.18420250918	
CAPÍTULO 19.....	243
UM OLHAR CRÍTICO-REFLEXIVO ANTE AOS DESAFIOS DO PNE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: OFERTA E QUALIDADE NO MUNICÍPIO DE MANAUS	
Gerlúcia Nascimento de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.18420250919	

CAPÍTULO 20.....	253
MATERIAL DIDÁTICO BILÍNGUE NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA INFANTIL: DISPOSITIVOS LEGAIS E INTERDISCIPLINARES	
Ana Maria Vargas da Silva	
Haydéa Maria Marino de Sant'Anna Reis	
DOI 10.22533/at.ed.18420250920	
CAPÍTULO 21.....	269
A FORMAÇÃO ACADÊMICA DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO ESTADO DE GOIÁS, PARA QUE ESTAS SEJAM INSERIDAS NO MERCADO DE TRABALHO	
Alda Lucia Souza Lopes da Silva	
Luiz Ortiz Jeménez	
DOI 10.22533/at.ed.18420250921	
CAPÍTULO 22.....	283
OPORTUNIDADES NA EDUCAÇÃO MATEMÁTICA: PORQUÊS MATEMÁTICOS NO ENSINO SUPERIOR	
Abigail Fregni Lins	
Sergio Lorenzato	
Danielly Barbosa de Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.18420250922	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	298
ÍNDICE REMISSIVO.....	299

MATERIAL DIDÁTICO BILÍNGUE NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA INFANTIL: DISPOSITIVOS LEGAIS E INTERDISCIPLINARES

Data de aceite: 01/09/2020

Data de submissão: 20/07/2020

Ana Maria Vargas da Silva

Universidade do Grande Rio
Macaé – RJ

ID Lattes: 6790846797194021

Haydéa Maria Marino de Sant'Anna Reis

Universidade do Grande Rio
Rio de Janeiro – RJ

ID Lattes: 2108290075901523

RESUMO: O Material didático bilíngue foi elaborado para trabalhar os conteúdos pedagógicos referentes às atividades de rotina em turmas da Educação Infantil para crianças surdas. Apresenta-se em fichas onde a língua de sinais associada ao português escrito, configuram um instrumento pedagógico bilíngue, que reúne de modo interdisciplinar conhecimentos das áreas de pedagogia, ensino de Libras e a comunicação visual. A pesquisa qualitativa de revisão bibliográfica analisou os dispositivos legais (Portal do MEC) que abordam a educação inclusiva e os referenciais teóricos tratados por: COLL (2004), Quadros (2004), Munari (2006), Vygotsky (1984) e BEYER (2005) sobre questões linguísticas, cognitivas, psicossociais e de comunicação visual que propiciaram a base de análise para sustentar a proposta de aplicação dos materiais didáticos bilíngues na perspectiva da educação inclusiva. Evidenciou-se a demanda por estes materiais em classes inclusivas na

medida em que a atividade de rotina é instituída em toda a educação infantil para crianças surdas e ouvintes, que estão em fase de estruturação da linguagem. Leva em conta os fundamentos de comunicação visual aplicados na formulação dos suportes visuais para mensagens bilíngues que podem ser apreendidas simultaneamente por crianças surdas e ouvintes pelo canal visual no contexto da sala de aula, conforme sugerem os dispositivos legais.

PALAVRAS-CHAVE: Materiais Didáticos Bilíngues, Crianças Surdas, Educação Infantil, Inclusão.

BILINGUAL PEDAGOGIC DEVICES APPROPRIATED TO INCLUSIVE CHILDREN EDUCATION: LEGAL AND INTERDISCIPLINARY APPLICATIVES

ABSTRACT: The bilingual didactic material elaborated to work the pedagogical contents referring to the routine activities in classes of the Early Childhood Education for deaf children, presents in forms where the sign language associated with the written Portuguese, configure a bilingual pedagogical instrument, that brings together interdisciplinary knowledge in the areas of pedagogy, Libras teaching and visual communication. The qualitative research of literature review analyzed the legal provisions (Portal do MEC) that address inclusive education and the theoretical references to consider: COLL (2004), QUADROS (2004), MUNARI (2006), VYGOTSKY (1984) and BEYER (2005).) who study linguistic, cognitive, psychosocial and visual communication issues that provided the theoretical references in the construction

and basis of analysis to support the application of bilingual didactic materials in the perspective of inclusive education. The demand for these materials in inclusive classes was evidenced as the routine activity is instituted in all kindergarten for deaf and hearing children, who are in the language structuring phase, the fundamentals of visual communication applied in the formulation of visual supports for bilingual messages that can be simultaneously grasped by deaf and hearing children through the visual channel in the classroom context, as legal provisions suggest.

KEYWORDS: Bilingual Pedagogic Devices, Deaf children, Child Education, Inclusion.

1 | INTRODUÇÃO

Este trabalho é parte da dissertação de mestrado intitulada “Representações gráficas da língua de sinais em materiais didáticos bilíngues para educação de crianças surdas: Os caminhos do designer gráfico”. O recorte extraído para o presente trabalho tem importância significativa no sentido de respaldar a relevância desse estudo para o contexto da educação inclusiva, que atualmente encontra-se no centro das discussões educacionais, onde profissionais da educação buscam a cada dia novos caminhos para realização dessa tarefa.

A demanda por materiais didáticos bilíngues evidenciou-se a partir da implementação do paradigma da inclusão tratado por órgãos internacionais (UNESCO), visando promover uma escola para todos conforme tratado desde 1994 pela Declaração de Salamanca. Na prática, as escolas devem atender a todos os tipos de alunos levando em conta suas necessidades educacionais especiais, deste modo os professores devem conduzir o seu trabalho pedagógico em classes inclusivas, propiciando o desenvolvimento das potencialidades de cada um, o respeito às diferenças e o convívio harmonioso e feliz.

No caso do educando surdo, especificado pela terminologia “deficiente com dificuldades de comunicação e sinalização – surdez”, a lei de inclusão, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência 13.146/2015 determina uma educação bilíngue e orienta que a ação pedagógica seja o máximo possível simultânea entre surdos e ouvintes.

A educação bilíngue baseia-se no ensino da língua de sinais como primeira língua e o português como segunda língua para crianças surdas. O ensino das línguas inicia-se na educação infantil, onde as primeiras representações gráficas da escrita e os primeiros sinais são ensinados às crianças. Nesta fase do desenvolvimento infantil a criança passa a dar significado às representações simbólicas (os signos) que constituem a linguagem que será utilizada como meio de comunicação com as pessoas do seu ambiente. O uso da linguagem na prática cotidiana favorecerá a emergência da fala interior dando subsídio à formação do pensamento.

As atividades de rotina são aplicadas diariamente em toda a educação

infantil visando trabalhar conteúdos pedagógicos relacionados com os aspectos psicossociais fundamentais para a construção da personalidade do sujeito. Oferecem referenciais de comportamento social, uso do tempo, espaço, relações interpessoais, desenvolvimento de hábitos e atitudes. Geralmente no início da aula as atividades de rotina devem: [...]trabalhar o calendário (desenvolver conceitos de temporalidade – dia, mês, ano, dia da semana, ontem, hoje, amanhã; sol, chuva, nuvem, nublado, frio, quente); trabalhar os nomes das crianças; estimular o desenvolvimento linguístico, contando novidades e curiosidades”, de acordo com Brasil/MEC (2006, p.29).

É importante destacar este momento da rotina como campo fértil para as primeiras práticas inclusivas e onde a função mediadora do material didático bilíngue pode cooperar com o trabalho pedagógico.

Este material contém a língua de sinais e o português escrito para serem utilizados como recursos visuais e material concreto de modo a ser manipulado pela criança diariamente no contexto das atividades de rotina, favorecendo a aquisição em língua brasileira de sinais - Libras e em português escrito do vocabulário operacional correspondente ao conteúdo pedagógico planejado.

A pesquisa objetiva analisar os materiais didáticos bilíngues impressos na perspectiva da Educação Infantil Inclusiva para crianças surdas. Para tanto propôs uma revisão bibliográfica visando especificamente: 1- Pesquisar em dispositivos legais e conceituais orientações relativas à Educação Infantil Inclusiva para crianças surdas. 2- Analisar as características dos materiais didáticos bilíngues impressos e 3- Apresentar um modelo de material didático bilíngue aplicado em atividades de rotina para crianças surdas.

Inicialmente apresenta-se as orientações relevantes sobre a educação infantil de crianças surdas destacadas no rol dos dispositivos legais, documentos internacionais, assim como referenciais bibliográficos. Na segunda parte, descreve-se um material didático bilíngue, sua função mediadora e funcional em concordância com os objetivos legais para a educação inclusiva. E por último, apresenta-se um modelo de material didático bilíngue contendo as representações gráficas da Libras e o português escrito.

Verificou-se ao final da pesquisa que o material didático pode atender as salas de aula de educação infantil na perspectiva da inclusão de crianças surdas de forma igualitária para surdos e ouvintes e ainda cooperar com o trabalho do professor exercendo função mediadora e atendendo as propostas pedagógicas nas atividades de rotina.

2 I DISPOSITIVOS LEGAIS E CONCEITUAIS QUE ORIENTAM A EDUCAÇÃO INFANTIL INCLUSIVA PARA CRIANÇAS SURDAS

A Educação Inclusiva é tratada no Portal do MEC em documentos que se apresentam em variados tipos como: Leis, Decretos, Portarias, resoluções, aviso e documentos internacionais na forma de Carta, Declarações, Convenções e Conferência. Surgiram para orientar e estabelecer políticas públicas, visando viabilizar a inclusão do público alvo da Educação Especial nos diversos setores da sociedade, principalmente na educação.

Dentre os dispositivos pesquisados que reforçam a importância dos materiais didáticos bilíngues podemos citar em ordem cronológica no Quadro 1:

Ano	Dispositivos legais	Citações/ Observações
1994	Declaração de Salamanca	Dispõe sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educacionais especiais. A escola para todos conforme a Declaração de Salamanca considera as diferenças humanas como normais e a partir deste princípio o processo de ensino/aprendizagem deve ajustar-se às necessidades da criança, “[...] ao invés de se adaptar a criança às assunções pré-concebidas a respeito do ritmo e da natureza do processo de aprendizagem.” Acrescenta ainda que o “princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas” . Sugere que a linguagem de sinais como meio de comunicação entre os surdos deve ser levada em conta de modo a garantir que todas as pessoas surdas tenham acesso a educação em sua língua de sinais nacional. Em relação a educação infantil inclusiva evidencia que a “[...] identificação precoce, avaliação e estimulação das crianças pré-escolares com necessidades educacionais especiais, são medidas que garantem o sucesso “[...] no sentido de promover o desenvolvimento físico, intelectual e social e a prontidão para a escolarização”.
2001	Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (Resolução CNE/CEB nº 2/2001).	Este documento reforça a principal característica do material didático bilíngue ao tratar da importância da acessibilidade para a criança surda utilizando a língua de sinais e a língua portuguesa simultaneamente no processo ensino-aprendizagem. O parágrafo 2º do art. 12 dessa Resolução diz: <i>“Deve ser assegurada, no processo educativo de alunos que apresentam dificuldades de sinalização diferenciadas dos demais educandos, a acessibilidade aos conteúdos curriculares mediante a utilização de linguagens e códigos aplicáveis, como o sistema braille e a língua de sinais, sem prejuízo do aprendizado da língua portuguesa, facultando-lhes e às suas famílias a opção pela abordagem pedagógica que julgarem adequada, ouvidos os profissionais especializados em cada caso”</i> .
2001	Plano Nacional de Educação – PNE, Lei nº 10.172/2001	Destaca que “o grande avanço que a década da educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana”.
2002	Resolução CNE/CP nº1/2002	- Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, define que as instituições de ensino superior devem prever em sua organização curricular formação docente voltada para a atenção à diversidade e que contemple conhecimentos sobre as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais. Neste caso, nota-se a demanda pela capacitação de profissionais para atuarem nesta nova realidade inclusiva.

2002	Lei nº 10.436/02	<p>Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.</p> <p>Art. 4º O sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, conforme legislação vigente.</p> <p>Parágrafo único. A Língua Brasileira de Sinais - Libras não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa.</p>
2004	Cartilha / Manual	<p>O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular. O Ministério Público Federal divulga o documento com o objetivo de disseminar os conceitos e diretrizes mundiais para a inclusão.</p> <p>“para crianças de zero a seis anos: oferecer atendimento educacional especializado, que pode envolver formas específicas de comunicação, apenas quando este atendimento não ocorrer nas escolas comuns de Educação Infantil. Proporcionar, quando necessário, atendimentos clínicos, que não dispensam atendimentos individualizados. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, esses atendimentos não podem ser oferecidos de modo a impedir o acesso à Educação Infantil comum, devendo este ser incentivado pela instituição como forma de garantir a inclusão da criança;”(p.16) “é indispensável que os estabelecimentos de ensino eliminem suas barreiras arquitetônicas, pedagógicas e de comunicação, adotando métodos e práticas de ensino escolar adequadas às diferenças dos alunos em geral, oferecendo alternativas que contemplem a diversidade dos alunos, além de recursos de ensino e equipamentos especializados, que atendam a todas as necessidades educacionais dos educandos, com e sem deficiências, mas sem discriminações;” (p.18) “Um estabelecimento de Educação Infantil para crianças de zero a seis anos, que se empenhe em ser um espaço adequado para todas as crianças, rico em estímulos visuais, auditivos e outros, com profissionais devidamente capacitados, será um local de maior qualidade para TODAS as crianças.” (p.23) [...] “Obedecendo aos princípios inclusivos, a aprendizagem da Libras deve acontecer preferencialmente na sala de aula desse aluno e ser oferecida a todos os demais colegas e ao professor, para que possa haver comunicação entre todos.” “Assim, desde o seu atendimento em berçário, o bebê surdo ou com deficiência auditiva deve receber estímulos visuais, que são a própria introdução ao aprendizado da Libras, bem como encaminhamento a serviços de fonoaudiologia, que lhe possibilitem aprender a falar.” “Sugere-se viabilizar classes ou escolas de educação bilíngüe (abertas a alunos surdos e ouvintes) onde as línguas de instrução sejam a Língua Portuguesa e Libras. É necessário que um professor de Português trabalhe em parceria com o professor da sala de aula, para que o aprendizado do Português escrito por esses alunos seja contextualizado. Esse aprendizado deve acontecer em um ambiente específico, constituindo uma atividade educacional especializada.” (p. 24) [...] “Nesse sentido, ensinar a todos reafirma a necessidade de se promover situações de aprendizagem que formem uma trama multicor de conhecimentos, cujos fios expressam diferentes possibilidades de interpretação e de entendimento de um grupo de pessoas que atua cooperativamente.” (p.43)</p>
2005	Decreto nº 5.626/05	Regulamenta a Lei nº 10.436/02, visando à inclusão dos alunos surdos, dispõe sobre a inclusão da Libras como disciplina curricular, a formação e a certificação de professor, instrutor e tradutor/intérprete de Libras, o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua para alunos surdos e a organização da educação bilíngüe no ensino regular.
2007	Decreto nº 6.094/07	Estabelece dentre as diretrizes do Compromisso Todos pela Educação a garantia do acesso e permanência no ensino regular e o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos, fortalecendo a inclusão educacional nas escolas públicas.
2009	Resolução No. 4 CNE/CEB	Institui diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na Educação Básica, que deve ser oferecido no turno inverso da escolarização, prioritariamente nas salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular. O AEE (Atendimento Educacional Especializado) pode ser realizado também em centros de atendimento educacional especializado públicos e em instituições de caráter comunitário, confessional ou filantrópico sem fins lucrativos conveniados com a Secretaria de Educação (art.5º).

2011	Plano Nacional de Educação (PNE)	Projeto de lei ainda em tramitação. A Meta 4 pretende “Universalizar, para a população de 4 a 17 anos, o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino”. Dentre as estratégias, está garantir repasses duplos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) a estudantes incluídos; implantar mais salas de recursos multifuncionais; fomentar a formação de professores de AEE; ampliar a oferta do AEE; manter e aprofundar o programa nacional de acessibilidade nas escolas públicas; promover a articulação entre o ensino regular e o AEE; acompanhar e monitorar o acesso à escola de quem recebe o benefício de prestação continuada.
2015	BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015	<p>Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015</p> <p>CAPÍTULO IV DO DIREITO À EDUCAÇÃO</p> <p>Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.</p> <p>I - sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida;</p> <p>II - aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena;</p> <p>III - projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia;</p> <p>IV - oferta de educação bilíngue, em Libras como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas;</p> <p>VI - pesquisas voltadas para o desenvolvimento de novos métodos e técnicas pedagógicas, de materiais didáticos, de equipamentos e de recursos de tecnologia assistiva;</p> <p>IX - adoção de medidas de apoio que favoreçam o desenvolvimento dos aspectos linguísticos, culturais, vocacionais e profissionais, levando-se em conta o talento, a criatividade, as habilidades e os interesses do estudante com deficiência;</p> <p>X - adoção de práticas pedagógicas inclusivas pelos programas de formação inicial e continuada de professores e oferta de formação continuada para o atendimento educacional especializado;</p> <p>XI - formação e disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado, de tradutores e intérpretes da Libras, de guias intérpretes e de profissionais de apoio;</p> <p>XII - oferta de ensino da Libras, do Sistema Braille e de uso de recursos de tecnologia assistiva, de forma a ampliar habilidades funcionais dos estudantes, promovendo sua autonomia e participação;</p> <p>XV - acesso da pessoa com deficiência, em igualdade de condições, a jogos e a atividades recreativas, esportivas e de lazer, no sistema escolar;</p>

2018	BNCC Base Nacional Comum Curricular	<p>No texto introdutório da BNCC tem a expectativa de vir a superar a fragmentação das políticas educacionais, dando destaque à valorização das aprendizagens essenciais e ao desenvolvimento das competências¹. No que tange à Educação Especial, assume o seu compromisso com a Educação Integral, acrescentando que [...]“Essas decisões precisam, igualmente, ser consideradas na organização de currículos e propostas adequados às diferentes modalidades de ensino (Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação Escolar Quilombola, Educação a Distância), atendendo-se às orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais. Significa, ainda, assumir uma visão plural, singular e integral da criança, do adolescente, do jovem e do adulto – considerando-os como sujeitos de aprendizagem – e promover uma educação voltada ao seu acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento pleno, nas suas singularidades e diversidades. Além disso, a escola, como espaço de aprendizagem e de democracia inclusiva, deve se fortalecer na prática coercitiva de não discriminação, não preconceito e respeito às diferenças e diversidades. (BNCC, 2018, p.16)</p> <p>Os materiais didáticos bilíngues podem cooperar especificamente com 3 competências dentre as 10 enumeradas pela BNCC para a Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio) e, que são:</p> <p>4 - Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.</p> <p>9 - Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.</p> <p>10 - Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários. (BNCC, 2018, p.9)</p> <p>No caso da Educação Infantil, observa-se a aplicação recorrente do termo “ diferentes linguagens” nos itens relativos aos Direitos de Aprendizagem e Desenvolvimento na Educação Infantil, citados abaixo, que evidenciam a necessidade de materiais didáticos bilíngues.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conviver com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas. <p>Participar ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e das atividades propostas pelo educador quanto da realização das atividades da vida cotidiana, tais como a escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo diferentes linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Explorar movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando seus saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades: as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia. • Expressar, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, por meio de diferentes linguagens. • Conhecer-se e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário. (BNCC, 2018, p.38)
------	--	---

Quadro 1 - Dispositivos legais e conceituais que orientam a Educação Infantil inclusiva:
Surdez.

Fonte: Acervo da Pesquisa/ elaborado pela pesquisadora

¹ Na BNCC, **competência** é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho.

O elenco das informações acima referenciadas pelos respectivos dispositivos legais fez-se necessário para dar suporte teórico aos conceitos e definições que cooperam com a compreensão do objeto de estudo “materiais didáticos bilíngues na perspectiva da educação inclusiva”. Neste contexto, obtiveram-se as seguintes considerações conceituais e definições: educação inclusiva; educação infantil; educação bilíngue e Atendimento Educacional Especializado.

Uma escola para todos deve estar preparada para atender à demanda de um público diversificado que integra o leque das diferenças, para tanto, tem a responsabilidade de articular mecanismos que promovam uma educação inclusiva. BEYER (2005, p.28) adverte para o cuidado com o atendimento em classes regulares de alunos com necessidades educacionais especiais para “não ferir os dois princípios da educação inclusiva, que são a promoção da convivência construtiva dos alunos, preservando a aprendizagem comum, sem desconsiderar as especificidades pedagógicas dos alunos com necessidades especiais”.

A educação infantil atende crianças do nascimento aos 6 anos idade, no âmbito dos estudos que envolvem os saberes e práticas da inclusão conforme o MEC/Secretaria de Educação Especial e define a criança surda pela terminologia Dificuldades de Comunicação e Sinalização – Surdez. Para este caso estabelece uma educação bilíngue em conformidade com a resolução CNE N° 02/2001.

A educação bilíngue assegurada para as crianças surdas, principalmente a partir da inclusão e da Lei de Libras (Lei nº 10.436/02), baseia-se no ensino da língua de sinais como primeira língua e o português como segunda língua para crianças surdas. O material bilíngue atua pedagogicamente neste contexto ao apresentar pelo canal visual, competência comum entre crianças surdas e ouvintes, a língua de sinais e o português escrito. Desta forma promovendo uma ação educativa bilíngue, atendendo às propostas inclusivas.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é instruído por professores de formação especializada em AEE para atendimento aos alunos incluídos, que deverão ser atendidos em horário de contra turno visando trabalhar conteúdos de acordo com as suas necessidades especiais em salas multifuncionais. Neste caso, também se aplica a importância do uso de materiais bilíngues para crianças surdas.

3 I PERFIL DA CRIANÇA SURDA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: ASPECTOS LINGUÍSTICOS, COGNITIVOS, PSÍQUICOS E SOCIAIS

A criança surda apresenta dificuldades linguísticas, cognitivas e sociais devido a falta de condições de receber os estímulos sonoros que nos rodeiam e recorrem às experiências visuais para interagir com o meio. Conforme observou Abbade L'Épée, no início da educação de surdos: “A janela dos olhos é a janela dos

ouvidos”, GABEL (1881. p.31). Este grupo de crianças é de muita heterogeneidade, pois vários fatores influenciam no seu desenvolvimento, como: o nível e a idade da perda auditiva, a condição dos pais serem surdos ou ouvintes (90% dos casos) e o período em que é inserido no ambiente educacional, entre outros (COLL, 2004).

A criança surda, precisa adquirir capacidade para interagir entre o mundo ouvinte e o mundo da surdez para desenvolver-se nos aspectos biopsicosociais e linguísticos. Para tanto, são adequados: a utilização do canal visual e o ensino bilingue. Lebedef (2010, p.176) dá ênfase à experiência visual dos surdos deslocando [...] “o significado da surdez enquanto perda auditiva para a compreensão da surdez a partir de suas marcas idiossincrásicas: a surdez significada como experiência visual, a presença da língua de sinais, a produção de uma cultura que prescindem do som, entre outras”. Sendo assim, explorar o canal visual nos processos pedagógicos para com a criança surda, é valorizar, respeitar e utilizar suas potencialidades.

Os estudos linguísticos de Fernandes (2010, p.23), defendem o bilinguismo por considerar que “[...] o uso natural de dois sistemas distintos de linguagem que estruturam formas diferentes de pensamento, que transformam as experiências em cognições, atividades fundamentais ao desenvolvimento cognitivo e linguístico da criança surda”. Sobre este aspecto, as diretrizes educacionais orientam para uma educação bilíngue para crianças surdas desde a Educação infantil considerando a língua de sinais como primeira língua do surdo e a língua portuguesa sua segunda língua.

De acordo com o atual paradigma inclusivo deve-se potencializar as competências ao invés de priorizar a recuperação dos déficits. Neste caso, torna-se imprescindível para uma sala de aula inclusiva a exploração de recursos de comunicação visual como ponto comum entre crianças surdas e ouvintes, promovendo um ambiente acessível, bilíngue e inclusivo.

4 I INTERDISCIPLINARIDADE NA DEFINIÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS BILÍNGUES PARA EDUCAÇÃO DE SURDOS

O material didático bilíngue, exemplo apresentado nesta pesquisa, foi desenvolvido no INES – Instituto Nacional de Educação de Surdos, centro nacional de referência na área da surdez órgão único do MEC, no Serviço de Educação Infantil (SEDIN). A necessidade emergiu da questão levantada pela professora de uma das turmas da Educação Infantil em consonância com a professora surda de Libras e a professora do serviço de multimeios, graduada em Comunicação Visual/ Designer Gráfico. Conforme demonstra a figura abaixo.

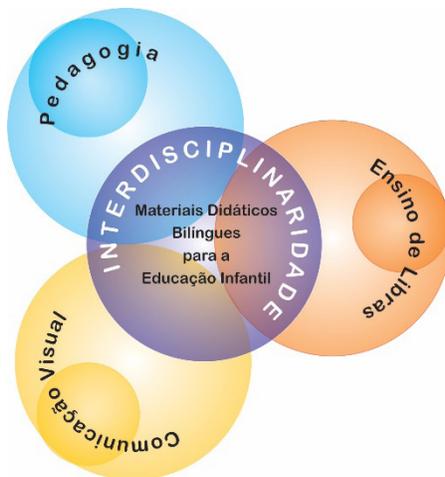


Figura 1 - Síntese da proposta interdisciplinar do Material Didático Bilingue para a Educação Infantil.

Fonte: O autor (2020)

Constituiu-se assim, um trabalho interdisciplinar ao envolver três áreas profissionais na formulação do objeto: pedagogia, o ensino de libras e a comunicação visual. Neste caso, de acordo com Pombo (2006, p.233) realizou-se uma prática interdisciplinar de convergência.

Referimo-nos agora a práticas de convergência na análise de um *terreno comum*. Como é que diferentes disciplinas, distintas, vizinhas, apreendem um mesmo objeto, que tipo de relações e de respostas estabelecem?[...] Quer isto dizer que, neste tipo de práticas, a interdisciplinaridade passa, não tanto pela concertação prévia de uma metodologia, mas pelo convite à *convergência de perspectivas* em torno de um determinado objecto de análise. Objecto de análise este cuja delimitação pode ser já, ela mesma, uma forma de provocar a situação de interdisciplinaridade, isto é, que, muitas vezes, só pelo recurso à interdisciplinaridade, faz sentido enquanto objecto de análise científica...(POMBO, 2006. P.233)

A configuração conceitual do referido material foi resultado de uma convergência interdisciplinar cujo processo se deu da seguinte forma: ao constatarem que compartilhavam o mesmo conteúdo das atividades de rotina em aulas separadas, a professora regente da turma e a de Libras, diagnosticaram então, a necessidade de criar um ambiente bilíngue no espaço físico na sala de aula de modo que a língua de sinais e o português escrito fossem apresentados juntos em situações contextuais, diariamente nas atividades de rotina previstas conforme o processo pedagógico e o conteúdo curricular, e recorreram à professora e designer

gráfico do serviço de Multimeios/ DEBASI/INES para o desenvolvimento do material didático dentro dos princípios da Comunicação Visual.

5 I MODELO DE MATERIAL DIDÁTICO BILÍNGUE PARA AS ATIVIDADES DE ROTINA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

O material foi apresentado em mesa redonda no congresso COINES/2017 com o tema “Material didático bilíngue: comunicação visual para as atividades de rotina na Educação Infantil – estímulo para aquisição da Língua Brasileira de Sinais”, constituído por fichas contendo fotos da professora de Libras sinalizando o vocabulário operacional das atividades de rotina (dias da semana, nomes dos alunos, hora do lanche, cumprimentos, aula de Libras, aula de Artes, aula de Educação Física, hora de brincar, entre outras) e o português escrito correspondente em caixa alta (maiúsculas), conforme quadro 2.

VOCABULÁRIO OPERACIONAL							
1	BOM DIA !	12	LIBRAS	23	TERÇA -FEIRA	33	QUANTOS?
2	BOA TARDE!	13	ARTES	24	QUARTA -FEIRA	34	1
3	QUE DIA É HOJE?	14	FONOAUDIOLOGIA	25	QUINTA -FEIRA	35	2
4	ONTEM	15	EDUCAÇÃO FÍSICA	26	SEXTA -FEIRA	36	3
5	HOJE	16	PÃO	27	SÁBADO	37	4
6	AMANHÃ	17	BRINCAR	28	DOMINGO	38	5
7	HORA	18	ALMOÇO	29	ESCOVAR OS DENTES	39	6
8	QUEM VEIO?	19	ANO	30	LAVAR AS MÃOS	40	7
9	QUEM FALTOU?	20	MÊS	31	ARTES	41	8
10	MENINO	21	SEMANA	32	LEITURA	42	9
11	MENINA	22	SEGUNDA -FEIRA			43	0

Quadro 2: Vocabulário operacional das atividades de rotina

Fonte: O autor (2020)

No aspecto pedagógico destacaram-se as atividades de rotina e seu vocabulário operacional como ponto central para o atendimento aos objetivos da Educação Infantil bilíngue, devido ao seu caráter diário e de conteúdos básicos para a instalação das primeiras atitudes a serem alcançadas pelas crianças. Quanto ao ensino de Libras, o conteúdo foi trabalhado de modo contextual na rotina das crianças favorecendo a aquisição da língua de sinais, exercitando a memória gestual-

visual e o português escrito também pelo canal visual. No campo da Comunicação Visual foram criadas soluções para o tratamento da imagem, a tipologia, a formação, estudos de visibilidade, legibilidade, aspectos da produção gráfica, ergonomia e a representação gráfica da língua de sinais.

6 | FUNÇÃO MEDIADORA DOS MATERIAIS DIDÁTICOS BILÍNGUES

O termo mediadora implica em algo que funciona como uma ponte que interliga um lado ao outro de modo a transpor dificuldades ou encurtar caminhos, mantendo-se disponível tantas vezes quantas forem necessárias pra transitar entre os diferentes espaços. Esta descrição metafórica para a função mediadora dos materiais didáticos bilíngues tem caráter interdisciplinar ao estabelecermos análises comparativas entre as descrições de fenômenos delineados por estudiosos das áreas de Comunicação Visual Bruno Munari (2006) e Dondis (1991), da Linguística e do Estudo Semiológico dos Signos Fernandes (2010) e Quadros (2004), Pedagogia e Didática Ladd (2011), Lebedeph (2010) e Taveira (2015), Pensamento Sistêmico ou Complexo Morin (2005) e Psicologia do desenvolvimento da criança Vygotsky (1984).

Trabalhar os potenciais ao invés das dificuldades é um paradigma referente a nova perspectiva para uma educação inclusiva, no caso dos surdos que apresentam dificuldades de comunicação e sinalização, o seu potencial está na experiência visual, assim a Comunicação Visual estabelecida pela função mediadora do material didático bilíngue considerando a língua de sinais de características gestual-visual associada à língua escrita são elementos constituintes deste material. Neste caso, a comunicação visual é um recurso inclusivo ao explorar o canal da visão que é ponto comum entre crianças surdas e ouvintes e atende ao “princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas”, SALAMANCA (1994). Acrescenta-se ainda o fato de que as crianças surdas e ouvintes na Educação Infantil estão vivenciando concomitantemente as primeiras experiências linguísticas ao estabelecer relações entre as representações simbólicas dos signos, no desenvolvimento das operações cognitivas superiores.



Figura 2 - M. D. Bilingue - Rotina - Educação Infantil – “BOM DIA !”, “MENINOS” e “MENINAS”

Fonte: SILVA/Mult. /DEBASI/INES (2015)

Sobre o ponto de vista da comunicação visual o material didático bilingue deve ser capaz de transmitir mensagens visuais adequadas às condições perceptivas da criança, para tanto, busca eliminar ruídos que venham interferir no processo comunicativo, favorecendo a clareza da mensagem visual. Os aspectos epistemológicos levados em conta na formulação do material envolvem estudos do perfil do observador (receptor) e suas características biopsicossociais, o suporte visual (o meio e a mensagem) da mensagem, as condições ambientais e os objetivos pedagógicos (emissor) conforme descritos por Munari (2006):

A comunicação visual é assim, em certos casos, um meio insubstituível de passar informações de um emissor a um receptor, mas as condições fundamentais do seu funcionamento são a exatidão das informações, a objetividade dos sinais, a codificação unitária e a ausência de falsas interpretações. (Munari. 2006. p. 56)

Trata-se sempre de uma questão de clareza, de simplicidade. Deve-se trabalhar mais para tirar do que para acrescentar. Tirar o supérfluo para dar uma informação exata em vez de acrescentar complicando a informação. (Munari. 2006. p. 57)

As tecnologias utilizadas na produção dos materiais didáticos bilingues, objeto dessa pesquisa, foram fotografias por meio de câmera fotográfica digital, o software Corel Draw para editoração de texto e imagem, impressora a laser, papel

especial de gramatura 180gr. Neste caso envolvendo os conhecimentos teóricos e práticos da pedagogia, do ensino de Libras, ensino do Português e da comunicação visual/designer gráfico. O material didático constituído, por sua vez, torna-se um dispositivo a ser utilizado nas mediações do processo ensino aprendizagem. Conforme Galasso (2018, p. 67) “[...] Devido à característica visual/gestual, a Libras pode ser apresentada junto à língua portuguesa, respeitando a estrutura frasal de cada uma dessas línguas, compondo dois canais informacionais de processamento necessários à educação bilíngue”, dessa forma, a tecnologia desenvolvida para realização desses materiais atende aos objetivos de uma educação bilíngue.

7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer da pesquisa de levantamento dos dispositivos legais, a partir da Carta de Salamanca (1994), que alavancou todo o movimento de inclusão traçado pela UNESCO até a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência de 7 de julho de 2015, verificou-se que esta última lei contempla, de forma abrangente, os quesitos que surgiram nos dispositivos anteriores. E no caso específico das crianças surdas, a lei de Libras de 2002 e seu decreto em 2005 sustentam as particularidades a serem consideradas no contexto da educação inclusiva como: o ensino bilíngue, a utilização da língua de sinais como primeira língua para crianças surdas colaborando para o seu desenvolvimento cognitivo, linguístico, social e principalmente o uso do canal visual durante as atividades.

De acordo com o atual paradigma inclusivo a ação pedagógica deve dar prioridade e potencializar as competências das crianças ao invés de dar atenção a recuperação dos déficits. Para tanto, a pesquisa destaca a BNCC que veio para alinhar os dispositivos legais em torno da valorização das aprendizagens essenciais e ao desenvolvimento das competências, as quais traz à tona o termo “diferentes linguagens” de modo a garantir a abrangência inclusiva nas orientações curriculares diante das ações pedagógicas.

Neste caso, torna-se imprescindível para uma sala de aula inclusiva a exploração de recursos de comunicação visual como estratégia que alcança as crianças surdas e ouvintes conforme Salamanca (1994). Neste caso, cabe ao educador explorar principalmente o canal visual nos processos ensino aprendizagem, baseado no potencial da experiência visual que é característica cultural da criança surda. No caso do Material didático como recurso visual funciona também como apoio ao trabalho do professor pela atratividade, pela objetividade das mensagens visuais, pela adequação ao conteúdo proposto para ser trabalhado nas atividades de rotina, pela flexibilidade no manuseio pelas crianças, pelo professor e fixação nos murais expositivos na sala de aula.

Verificou-se ao final da pesquisa que o material didático pode atender às salas de aula de educação infantil na perspectiva da inclusão de crianças surdas de forma igualitária para surdos e ouvintes e ainda cooperar com o trabalho do professor exercendo função mediadora em consonância com as propostas pedagógicas nas atividades de rotina.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em: 23 fev. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Educação infantil : saberes e práticas da inclusão : dificuldades de comunicação e sinalização : surdez**. [4. ed.] / elaboração prof^a Daisy Maria Collet de Araujo Lima – Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal... [et. al.]. – Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192>. Acesso em: 24 abr. 2019.

BEYER, Hugo Otto. **Inclusão e avaliação na escola: de alunos com necessidades educacionais especiais**. Porto Alegre: Mediação, 2005.

COLL, César Jesus Palácios e Álvaro Marchesi (orgs); trad. Marcos A. G. Domingues. **Desenvolvimento Psicológico e Educação: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004.

DONDIS, Donis. **A sintaxe da linguagem visual**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

FERNANDES, Eulália (Org.). **Surdez e Bilinguismo**. Porto Alegre, Editora Mediação. 2010

GABEL, Valade. **Compendio para o ensino dos surdos-mudos / 1881**. Serie histórica Instituto Nacional de Educação de Surdos. Rio de Janeiro vol. III, 2012.

GALASSO, B.J.B. et al. **Processo de Produção de Materiais Didáticos Bilíngues do Instituto Nacional de Educação de Surdos**. Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v.24, n.1, p.59-72, Jan.-Mar., 2018

LADD, P; GONÇALVES, J.C. do A. **Culturas Surdas e o Desenvolvimento de Pedagogias Surdas**. In: L Karnopp, M Klein, MLL Lazzarin. Cultura surda na contemporaneidade: negociações, intercorrências e provocações. Canoas: Ed. ULBRA, 2011. p 295 – 328.

LEBEDEFF, T. B. **Aprendendo a “ler” com outros olhos, relatos de oficinas de letramento visual com professores surdos**. Cadernos de Educação (UFPEl), V.36, p .175-196, 2010.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2005.

MUNARI, Bruno. Design e comunicação visual: contribuição para uma metodologia didática. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

POMBO, O. Práticas interdisciplinares. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 15, jan/jun2006,p.208-249,Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n15/a08v8n15.pdf>

QUADROS, Ronice M. de.; KARNOPP, LODENIR B. **Língua de Sinais Brasileira: Estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

TAVEIRA, C. T. **A Produção de artefatos visuais no campo da surdez: percursos de pesquisa e chaves de leitura**. Revista Fórum, V.32, p .11-24, 2015.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo Martins Fontes, 1984.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Alfabetização 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 47, 207, 212, 298

Aprendizagem 2, 3, 4, 5, 6, 8, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 23, 27, 42, 46, 55, 56, 57, 58, 62, 63, 66, 70, 71, 72, 73, 74, 76, 85, 87, 88, 89, 90, 92, 93, 96, 97, 106, 108, 109, 110, 111, 112, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 124, 127, 129, 131, 132, 134, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 157, 158, 168, 170, 171, 172, 173, 177, 178, 179, 187, 189, 190, 197, 198, 199, 200, 202, 203, 204, 205, 212, 213, 214, 215, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 227, 228, 229, 230, 233, 234, 237, 238, 239, 241, 242, 256, 257, 258, 259, 260, 266, 267, 269, 270, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 279, 280, 285, 286, 287, 290

Ausubel 139, 140, 141, 142, 143, 147, 148, 149, 150, 151, 152

Autismo 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 228, 229, 230

Avaliação 17, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 51, 63, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 89, 105, 124, 142, 158, 164, 171, 174, 186, 187, 189, 191, 236, 256, 267, 275

Avaliação democrática 22, 28, 29

C

Comunidade rural quilombola 34, 35, 46, 50, 51, 52

Contexto escolar 85, 87, 91, 97, 114, 117, 167, 175, 180, 187, 214, 237

Crianças 3, 4, 5, 8, 9, 38, 44, 57, 80, 81, 84, 87, 88, 91, 101, 111, 145, 147, 157, 177, 178, 200, 202, 211, 212, 228, 243, 244, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 259, 260, 261, 263, 264, 266, 267, 274

Crianças surdas 253, 254, 255, 256, 260, 261, 264, 266, 267

Currículo 7, 15, 17, 21, 41, 46, 48, 51, 75, 80, 88, 138, 172, 174, 196, 229, 231, 233, 235, 236, 237, 238, 240, 241, 242, 258, 273, 276, 279

D

Deficiência visual 63, 65, 66, 67, 71, 72, 73, 74, 75, 273

Desempenho 21, 23, 24, 25, 27, 28, 31, 50, 65, 87, 91, 93, 97, 106, 164, 179, 192, 199, 200, 201, 206, 211, 212, 213, 270

Dificuldades de aprendizagem 2, 3, 4, 8, 13, 20, 177, 179, 190

E

EAD 34, 35

Educação 1, 2, 4, 6, 7, 8, 9, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 29, 32, 33, 34, 35, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 62, 63, 64, 65, 67, 68, 71, 72, 73, 74, 75, 78, 80, 82, 83, 84, 86, 87, 88, 89, 90, 92, 97, 98, 99, 102,

103, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 131, 134, 136, 137, 138, 140, 141, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 170, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 205, 206, 207, 209, 210, 213, 214, 215, 218, 219, 220, 221, 222, 229, 230, 231, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 279, 281, 282, 283, 284, 286, 287, 290, 294, 296, 297, 298

Educação inclusiva 65, 67, 68, 72, 74, 75, 108, 109, 110, 111, 113, 114, 118, 121, 192, 218, 229, 253, 254, 255, 256, 260, 264, 266, 267, 269, 270, 271, 275, 276, 277, 279, 282

Educação infantil 2, 73, 157, 160, 162, 163, 207, 243, 244, 246, 247, 249, 250, 251, 253, 254, 255, 256, 257, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 267

Educação matemática 73, 152, 215, 219, 229, 283, 290, 296, 297, 298

Educação quilombola 34, 35, 46, 48, 50, 52

Educador social 123

Ensino 1, 2, 8, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 27, 32, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 80, 82, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 96, 97, 98, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 122, 124, 125, 126, 127, 134, 136, 139, 140, 141, 145, 146, 147, 150, 151, 152, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 170, 171, 172, 174, 175, 176, 179, 182, 187, 189, 191, 193, 194, 197, 198, 199, 200, 202, 203, 207, 208, 212, 215, 217, 218, 219, 220, 222, 227, 228, 229, 232, 233, 238, 239, 240, 241, 242, 244, 245, 247, 249, 251, 253, 254, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 266, 267, 269, 270, 271, 272, 274, 275, 279, 280, 281, 283, 284, 285, 286, 287, 290, 295, 296, 298

Ensino na saúde 76

Escola 1, 5, 8, 9, 13, 16, 20, 21, 23, 26, 27, 28, 29, 31, 41, 44, 50, 55, 56, 60, 61, 62, 64, 67, 74, 76, 78, 85, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 97, 98, 99, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 111, 112, 114, 115, 116, 122, 132, 135, 136, 141, 146, 150, 151, 155, 156, 157, 158, 159, 161, 166, 170, 172, 178, 180, 181, 184, 185, 187, 188, 190, 192, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 217, 222, 223, 229, 232, 234, 235, 238, 239, 240, 241, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 254, 256, 257, 258, 259, 260, 264, 267, 272, 273, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 297

F

Formação 2, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 35, 39, 42, 43, 50, 54, 55, 56, 58, 63, 70, 71, 73, 75, 81, 83, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 96, 103, 104, 112, 113, 114, 115, 116, 121, 122, 125, 126, 127, 132, 133, 135, 136, 138, 151, 153, 154, 155, 156,

157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 190, 192, 194, 195, 202, 207, 209, 212, 217, 230, 231, 232, 233, 235, 236, 237, 239, 240, 242, 245, 247, 254, 256, 257, 258, 260, 264, 268, 269, 272, 275, 276, 277, 279, 281, 282, 284, 285, 286, 287, 294, 295, 296, 297, 298

Formação de professores 50, 71, 122, 153, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 170, 173, 174, 175, 176, 178, 190, 192, 231, 232, 233, 235, 237, 242, 258, 275, 285, 294, 295, 298

G

Gestão escolar 22, 26, 31, 98, 198, 207

Globalização 115, 193, 196

H

Hábitos familiares 85

Histórias em quadrinhos 53, 54, 58, 59, 60, 61, 62

I

Impactos 114, 193, 196, 214

Inclusão 41, 63, 64, 65, 66, 67, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 121, 122, 123, 124, 127, 129, 130, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 162, 207, 228, 229, 230, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 260, 266, 267, 269, 270, 271, 272, 273, 275, 278, 279, 280, 281, 282

Inclusão escolar 63, 66, 67, 69, 72, 108, 113, 121, 207, 273, 278

Inclusão qualificada 123, 124, 127, 129, 130, 132, 133, 134, 135, 136, 137

Inovação educacional 76

Intervenção pedagógica 59, 215

J

Jovem agricultor 123

L

Laird 139, 140, 141, 143, 144, 148, 149, 150, 151, 152

LDB 41, 87, 88, 106, 153, 154, 155, 156, 157, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 239, 250, 252

Leitura 5, 7, 8, 9, 10, 16, 40, 46, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 67, 87, 133, 134, 182, 231, 233, 252, 263, 268, 279, 286, 294, 296

M

Materiais didáticos bilíngues 253, 254, 255, 256, 259, 260, 261, 264, 265, 267

Medicalização 177, 179, 187, 190, 191, 192

Metodologias ativas 13, 16, 19, 21

Métodos 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 47, 75, 105, 135, 151, 152, 159, 179, 197, 229, 252, 257, 258, 296

Multiletramentos 231, 233, 235, 239, 240, 241, 242

P

Pedagogia crítico-reflexiva 243

Pedagogia da alternância 123, 125, 126, 138

PNE 243, 244, 246, 247, 248, 249, 251, 252, 256, 258

Políticas públicas 39, 46, 64, 67, 205, 213, 232, 235, 243, 246, 251, 256, 281

Posturas educativas 167, 168, 169, 171, 172, 175

Prática pedagógica 3, 6, 7, 71, 74, 109, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 237, 239, 240, 274

Processo pedagógico 108, 112, 115, 116, 221, 262

Processo seletivo 22, 23, 32, 123, 124, 128, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 210

Produção textual 53, 60, 61, 62

Professores 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 19, 20, 23, 26, 29, 40, 45, 49, 50, 54, 57, 59, 63, 66, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 85, 90, 92, 93, 94, 97, 98, 99, 101, 102, 103, 105, 106, 111, 112, 113, 118, 119, 121, 122, 145, 147, 151, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 182, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 198, 199, 200, 201, 202, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 231, 232, 233, 235, 236, 237, 238, 240, 241, 242, 246, 254, 256, 258, 260, 267, 269, 272, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 290, 294, 295, 296, 297, 298

Psicologia escolar 177, 180, 191

R

Recursos tecnológicos 15, 108, 109, 110, 112, 114, 115, 117, 118, 119, 120, 278, 280

Rotatividade 137, 199, 200, 201, 212, 213

S

Sequência didática 53, 59, 60, 61

Sistema único de saúde 13, 14, 15, 16

T

Tecnologias digitais 21, 231, 232, 233, 235, 236, 237, 239, 240, 241, 242

Teorias cognitivistas 139, 141

Teorias da aprendizagem 139, 140, 148, 149, 151

Transição 19, 85, 86, 90, 91, 106, 166, 273

Transtorno do déficit de atenção e hiperatividade 177

V

Vergnaud 139, 140, 141, 143, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 152

Vínculo 89, 124, 199, 200, 201, 206, 211, 212, 213, 272, 278

Vivências 46, 82, 85, 169, 172, 178, 180, 185, 190

EDUCAÇÃO: AGREGANDO, INCLUINDO E ALMEJANDO OPORTUNIDADES



www.atenaeditora.com.br



contato@atenaeditora.com.br



[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)



www.facebook.com/atenaeditora.com.br

EDUCAÇÃO: AGREGANDO, INCLUINDO E ALMEJANDO OPORTUNIDADES



www.atenaeditora.com.br



contato@atenaeditora.com.br



[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)



www.facebook.com/atenaeditora.com.br